

IPUEIRAS ENERGIA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)

| Ativo | Nota | 2010 | 2009 |
|----------------------------------|-------------|-------------------|-----------------------|
| Circulante | | | <i>(Não auditado)</i> |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 5 | 3 |
| Impostos e contribuições sociais | | 9 | |
| Despesas pagas antecipadamente | | 3 | |
| | | <u>17</u> | <u>3</u> |
| | | | |
| Imobilizado | 3 | 105 | |
| Intangível | 4 | <u>382</u> | <u>3</u> |
| | | <u>487</u> | <u>3</u> |
| Total do ativo | | <u>504</u> | <u>6</u> |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

IPUEIRAS ENERGIA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)

| Passivo e Patrimônio líquido | | 2010 | 2009 |
|--|---|-------------------|-----------------------|
| Circulante | | | <i>(Não auditado)</i> |
| Fornecedores | | 8 | - |
| | | <u>8</u> | <u>-</u> |
| Não circulante | | | |
| Partes relacionadas | 5 | 52 | 5 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | 17 | |
| | | <u>69</u> | <u>5</u> |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 6 | 20.127 | 14.722 |
| Prejuízos acumulados | | (19.700) | (14.721) |
| | | <u>427</u> | <u>1</u> |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | <u>504</u> | <u>6</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IPUEIRAS ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

| | <u>Nota</u> | <u>2010</u> | <u>2009</u> |
|---|-------------|-------------|-----------------------|
| Despesas operacionais | | | <i>(Não auditado)</i> |
| Despesas gerais e administrativas | 7 | (44) | (4) |
| | | (44) | (4) |
| Resultado antes das despesas financeiras | | (44) | (4) |
| Despesas financeiras | 8 | (4) | |
| Resultado financeiro | | (4) | - |
| Prejuízo do exercício | | (48) | (4) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IPUEIRAS ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais)

| | Capital social | Prejuízos acumulados | Total |
|--|---------------------------|---------------------------------|-----------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2009 (não auditado) | <u>1</u> | <u>(14.717)</u> | <u>(14.716)</u> |
| Aumento de capital - AGE de 10/08/2009 | 14.721 | | 14.721 |
| Prejuízo do exercício | | (4) | (4) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2009 (não auditado) | <u>14.722</u> | <u>(14.721)</u> | <u>1</u> |
| Incorporação de Acervo Líquido Enernova | 5.405 | (4.931) | 474 |
| Prejuízo do exercício | | (48) | (48) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | <u>20.127</u> | <u>(19.700)</u> | <u>427</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IPUEIRAS ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

| | <u>2010</u> | <u>2009</u> |
|---|-------------|-----------------------|
| | | <i>(Não auditado)</i> |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Prejuízo do exercício | (48) | (4) |
| Despesas que não afetam as disponibilidades | | |
| Outros | 3 | 4 |
| | <u>(45)</u> | <u>-</u> |
| Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais | (45) | - |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Partes relacionadas | 46 | (2) |
| Incorporação saldos de caixa e equivalentes de caixa da Enernova | 1 | |
| Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamentos | 47 | (2) |
| Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa | 2 | (2) |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 5 | 3 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 3 | 5 |
| | <u>2</u> | <u>(2)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IPUEIRAS ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)

| | 2010 | 2009 |
|--|-------------|-----------------------|
| | | <i>(Não auditado)</i> |
| (-) Insumos adquiridos de terceiros | (44) | (4) |
| Serviços de terceiros | (17) | (2) |
| Outros custos operacionais | (27) | (2) |
| Valor adicionado bruto | (44) | (4) |
| Remuneração de capitais de terceiros | 4 | |
| Juros | 4 | |
| | 4 | |
| Prejuízo do exercício | (48) | (4) |
| | (44) | (4) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às Demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Ipueiras Energia S.A. ("Companhia" ou "Ipueiras"), constituída em 16 de dezembro de 1999, tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, elaborar estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

A Companhia é subsidiária integral da EDP Energias do Brasil, cujo plano de negócios é parte integrante do plano estratégico do Grupo EDP, e visa o desenvolvimento em novas fontes de energia. Em 31 de dezembro de 2010 encontrava-se em fase pré-operacional e a manutenção das atividades da Companhia é garantida e quando necessário financiada pela Controladora.

1.1 Reorganização societária

Incorporação da Enernova em Ipueiras

Em 31 de dezembro de 2010 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a incorporação da Enernova S.A., controlada integral da EDP Energias do Brasil pela Ipueiras.

O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2010 da Enernova, é apresentado a seguir:

| Balanço Patrimonial em 31/12/2010 - Resumido | | | |
|---|------------|--------------------|------------|
| Ativo | | Passivo | |
| Circulante | 17 | Circulante | 8 |
| Imobilizado | 105 | Não circulante | 69 |
| Intangível | 382 | Patrimônio Líquido | 427 |
| Total | 504 | Total | 504 |

2 Práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia, cuja conclusão foi autorizada em Reunião de Diretoria, realizada em 04 de abril de 2011 e ratificada em 03 de novembro de 2011 estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do CFC e deliberações da CVM durante o exercício de 2009, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2010 e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards (IFRS) , emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Companhia adota a totalidade das IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2009.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

As normatizações contábeis emitidas pelo CPC em 2009 e em 2010 não tiveram reflexos nos saldos de abertura das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009 da Companhia.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Imobilizado (Nota 3)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração e deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

b) Ativo intangível (Nota 4)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares* e desenvolvimento de projetos. Os seguintes critérios são aplicados:

- *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

c) Redução ao valor recuperável

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

d) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia encontrava-se em posição de prejuízo fiscal e contábil, conseqüentemente nenhum imposto de renda foi reconhecido. Adicionalmente, por não atendimento aos requerimentos para reconhecimento de um imposto de renda diferido ativo, nenhum saldo referente a esse imposto foi reconhecido.

g) Capital social (Nota 6)

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

g) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre o mútuo que estão reconhecidos no resultado.

h) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

i) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

j) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Instrumentos financeiros não derivativos incluem, caixa e equivalentes de caixa, cauções e depósitos vinculados, contas a receber e outros recebíveis, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, assim como contas a pagar e outras obrigações. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito, são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado ou taxa de juros efetiva.

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia não possuía Instrumentos financeiros derivativos.

3 Imobilizado

| | Taxa anual média de depreciação % | 31/12/2010 | | Valor líquido |
|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------|-----------------------|---------------|
| | | Custo histórico | Depreciação acumulada | |
| Imobilizado em serviço - tangível | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 10,00 | 20 | (2) | 18 |
| Veículos | 20,00 | 140 | (53) | 87 |
| Total Imobilizado tangível | | <u>160</u> | <u>(55)</u> | <u>105</u> |

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

| | Valor líquido 31/12/2009 | Incorporação Enernova | Valor líquido 31/12/2010 |
|---------------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|
| Imobilizado em serviço | | | |
| Máquinas e equipamentos | | 18 | 18 |
| Veículos | | 87 | 87 |
| Total do imobilizado em serviço | - | 105 | 105 |
| Total líquido | - | <u>105</u> | <u>105</u> |

4 Intangível

| | Taxas anuais médias de amortização % | 31/12/2010 | | 31/12/2009 | |
|--------------------------------|--------------------------------------|-----------------|-----------------------|---------------|---------------|
| | | Custo histórico | Amortização acumulada | Valor líquido | Valor líquido |
| <i>(Não auditado)</i> | | | | | |
| Intangível em serviço | | | | | |
| Software | 20,00 | 26 | (3) | 23 | - |
| Total do Intangível em Serviço | | <u>26</u> | <u>(3)</u> | <u>23</u> | <u>-</u> |
| Intangível em curso | | | | | |
| Geração | | 359 | | 359 | 3 |
| Total do Intangível em curso | | <u>359</u> | <u>-</u> | <u>359</u> | <u>3</u> |
| Total intangível | | <u>385</u> | <u>(3)</u> | <u>382</u> | <u>3</u> |

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

| | Valor líquido em 31/12/2009 | Baixas | Incorporação Enernova | Valor líquido em 31/12/2010 |
|-----------------------|-----------------------------|------------|-----------------------|-----------------------------|
| <i>(Não auditado)</i> | | | | |
| Intangível em serviço | | | | |
| Software | | | 23 | 23 |
| Intangível em curso | 3 | (3) | 359 | 359 |
| | <u>3</u> | <u>(3)</u> | <u>382</u> | <u>382</u> |

O saldo de Intangível em curso refere-se a desenvolvimento dos projetos Capim Elefante e Fazenda São João, projetos de fontes renováveis de energia. A evolução dos preços em leilão de biomassa durante o ano de 2010 demonstrou-se consistente com os planos de viabilidade econômica dos projetos e portanto nenhuma perda quanto a realização desses ativos foi identificada.

5 Partes relacionadas

| Objeto do contrato | Contraparte | Data da transação | Período de duração | Passivo | |
|---|-------------|-------------------|-------------------------|------------|------------|
| | | | | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
| Contrato de mútuo - 100% do CDI | EDP | 10/8/2009 | 10/08/2009 a 08/04/2011 | 51 | 5 |
| Contrato de aluguel de sala de Centro Operativo de Carapina | Escelsa | 1/8/2005 | 1/8/2005 a 31/08/2011 | 1 | |
| | | | | <u>52</u> | <u>5</u> |

6 Patrimônio Líquido

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2010 é de R\$20.127 representados por 20.126.747 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, todas de propriedade da EDP - Energias do Brasil S.A.
A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

7 Gastos operacionais

| Despesas operacionais | Exercícios findos em 31 de dezembro de | |
|-----------------------|--|------|
| | Total | |
| | 2010 | 2009 |
| Gerenciáveis | | |
| Serviços de terceiros | 17 | 17 |
| Outras | 27 | 27 |
| | 44 | 44 |
| Total | 44 | 44 |

(Não auditado)

8 Resultado Financeiro

| | Exercício findo em 31 de dezembro de |
|--|--------------------------------------|
| | 2010 |
| Despesas financeiras | |
| Encargos de dívidas | (1) |
| Atualização monetária contratos de mútuo | (3) |
| | (4) |
| Total | (4) |

9 Instrumentos Financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

10 Eventos Subsequentes

a) Em 15 de junho de 2011, a Ipueiras Energia S.A., adquiriu a ECE Participações S.A., Companhia pertencente aos Grupos CS e Participa, detentora de 90% do Consórcio Amapá Energia, o qual possui os direitos de exploração da UHE Santo Antônio do Jari, na divisa dos Estados do Pará e Amapá.

A participação remanescente de 10% do Consórcio Amapá Energia era detida pela Jari Energética S.A., detentora original da concessão que tinha direito de venda conjunta da sua participação à Ipueiras Energia S.A., pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento (tag along). O exercício deste direito foi realizado em 30 de junho de 2011.

A UHE Santo Antônio do Jari possui 300 MW de capacidade instalada e 196,1 MW médios de energia assegurada, correspondendo a um fator de utilização de 65%, já aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica, dos quais 190 MW médios foram vendidos no Leilão A-5 de dezembro de 2010 pelo período de 30 anos findo em 31 de dezembro de 2044 (término da concessão). O projeto prevê ainda o acréscimo de 73,4 MW de capacidade instalada, o qual está pendente de aprovação pela ANEEL. O investimento total previsto pode variar entre R\$1.270 milhões e R\$1.410 milhões, incluindo o investimento na construção da usina para a instalação da capacidade máxima de 373,4 MW, o pagamento do projeto aos vendedores e considerando o exercício de tag along pela Jari Energética S.A.

Em 30 de agosto de 2011 a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 3.080, anuiu à alteração da participação no controle societário direto da ECE Participações S.A., atualmente detido pela Participa Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A., passando a ser detido exclusivamente pela Ipueiras Energia S.A. Conseqüentemente, em 13 de outubro de 2011, foi concluída a aquisição de 90% dos direitos de exploração da UHE Santo Antônio do Jari pelo montante de R\$ 257.160. O fechamento da aquisição da participação dos 10% remanescentes encontra-se pendente do cumprimento de algumas condições suspensivas que incluem autorizações regulatórias dentre as quais a anuência da ANEEL para transação.

Os recursos para pagamento da aquisição dos direitos de exploração da UHE Santo Antônio do Jari foram obtidos através de contratos de Cédulas de Crédito Bancário, assinados em 6 e 7 de outubro de 2011 com o Banco Itaú BBA no valor total de R\$300.000, sobre os quais incidirão encargos financeiros de 110,5% a.a. e 113% a.a. do CDI e o vencimento ocorre em 25 de novembro de 2011.

b) Em 15 de julho de 2011 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a alteração da denominação da Ipueiras Energia S.A, para Companhia Energética do Jari - CEJA.

c) Considerando o resultado dos preços em leilão dos projetos de biomassa ocorridos recentemente em agosto de 2011, que reavaliou uma deterioração dos preços médios por MWh, a Administração da Companhia reavaliou seu plano estratégico e concluiu que a realização econômica dos projetos Capim Elefante e Fazenda São João deixaram de ser viáveis e conseqüentemente foram descontinuados. Adicionalmente, o novo plano estratégico da Companhia busca focar nos investimentos necessários para a construção da UHE Santo Antônio do Jari.